■ → continuação





Caixa e Bancos



31/12/2022

31/12/2021

## Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS

CNPJ nº 69.983.484/0001-32

6.167

11.175

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

acordo com a Lei Estadual nº 5.408, de 14 de dezembro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do estado. A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Alagoas, conforme contrato de concessão firmado em 17 de setembro de 1993. <u>Guerra da Ucrânia</u>: A invasão da Ucrânia pela Rússia, na última semana do mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, causando impacto nas economias mundiais e efeitos inflacionários advindos de um choque de commodities. Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia. sanções sobre as exportações da Rússia elevaram o preço do petróleo e gás natural. A elevação dos preços agrícolas, como o trigo e o milho, também pressionou os insumos agrícolas nos mercados, e de alguma forma causou desaceleração das economias mundiais e alta da inflação. Em função do conflito, o mercado europeu é o mais prejudicado e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, os efeitos tendem a ser mais inflacionários. A Companhia está monitorando atentamente as rcussões desse conflito e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.91/2009, e a Lei nº 13.030/2016), e Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). b. Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, excete quando de outre como acordo de Abordo Funciamentos a demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, excete quando de outre foram preparadas com base no custo histórico, excete quando de outre foram preparadas com base no custo histórico, excete quando de outre foram preparadas com base no custo histórico, excete quando de outre foram preparadas com base no custo histórico, excete quando de outre foram preparadas com base no custo histórico, excete quando de outre foram preparadas com base no custo histórico para financeiras foram preparadas com base no custo histórico. forma mencionado. **c. Moeda funcional e de apresentação**: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em "real", que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras em "real" foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso** de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas; e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativas n°s 3,a e 5 - Provisão para perda na realização do contas a receber. • Notas explicativas n°s 3.c e 11 - Determinação de vidas úteis do ativo intangível. A administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela administração da Gás de Alagoas S/A - ALGÁS, em 20 de janeiro de 2023. 3. Resumo das principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras. a. Instrumentos financeiros não derivativos: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebiveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e, Equivalentes de Caixa e Contas a receber. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valo justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes ativos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, e os recebíveis decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem líquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante. A provisão para perda na realização do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente, pela administração, para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida, mensurados ao custo amortizado. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia também possui contrato de venda de gás junto aos seus clientes, no qua estes estão obrigados à retirada mínima de gás, quando estes usuários não alcançam o compromisso mínimo de retirada de gás ocorre o *take-or-pay* e a Companhia emite cobrança através da aplicação da tarifa de venda sobre a diferença entre o compromisso mínimo de gás a ser retirado e o que efetivamento se verificou, sendo este valor recuperável pelas unidades usuárias clientes, dessa forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse take-or-pay e desconta em faturas posteriores a serem pagas po seus clientes, sempre que o consumo exceder ao volume mínimo a que o usuário está obrigado a cumprir, o valor registrado sofre atualização sempre que houver alteração da tarifa de venda do gás Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. b. Instrumentos financeiros derivativos: Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos. c. Intangível: Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na tax de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes de infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão. A Companhia tem assinado com o Estado de Alagoas Contrato de Concessão dos Serviços Locais de Gás Canalizado. assinado como Lastado de Alagoas Contrato de Concessar o Serviços Conforme descrito na nota explicativa nº1. Segundo o contrato, o poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual devi remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente. Ainda segundo o Contrato de Concessão, o poder Concedente detér o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado as originados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01 (R1). Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangívels todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, dentro do prazo da concessão, ou seia, em um prazo de 10 anos, confor estipulado no contrato. Sobre o prazo para definição da vida útil econô amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão. Os ativos intangíveis são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. d. Avaliação do valor recuperável de ativos - *impairment:* i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. ii. Ativos não financeiros: O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e quanto aos riscos específicos do ativo. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sofrido aumento, diminuído ou que não mais exista Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e. Passivo** circulante: Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valo é considerado irrelevante. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. f. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre elas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **g. CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente:** O IFRS 15 (CPC 47) estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. De acordo com o referido Pronunciamento Técnico, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Em linha com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser conhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, Companhia mantém o tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. **h.** CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros: A Companhia adota a IFRS 9 (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que incluiu requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, inclusive: (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a 'valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrum

de dívida simples. A seguir es ativos e passivos financeiros:	tão demo	nstradas as	reclassi	ficações de	categori	as comparativas do
antee e pacertee iniancence.		31/	12/2022	31/12/2021		
Ativo	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria CPC 48/IAS 9
Circulante e não circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.502	68.502	47.242	47.242	Custo amortizado
Contas a receber de clientes/						
partes relacionadas	5 e 28	33.558	33.558	36.124	36.124	Custo amortizado
Passivo						
Circulante e não circulante						
Fornecedores	12	52.803	52.803	53.516	53.516	Custo amortizado
Dividendos propostos e JSCP	15 e 28	9.746	9.746	5.680	5.680	Custo amortizado
Débitos nas operações de						Valor justo por
aquisição de gás (Take Or Pay)	19	702	702	1.494	1.494	meio do resultado
i. CPC 06 (R2) (IFRS 16) -	Arrenda	mentos: A	norma	IFRS 16,	refletida	no CPC 06 (R2)
Arrendamentos, fornece a base						
efeito dos arrendamentos sobre						
empresas. A Companhia aplic						
informações contábeis compara						
a Companhia mensurou o pass						
com a aplicação da taxa de						
conhecendo essa taxa, a Comp						
Os pagamentos de arrendan						
compostos por pagamentos fix						
monetariamente e baixado pel	os respec	tivos pagan	nentos. N	o caso de r	eavaliaçã	lo ou modificação, ol

se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir

o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de 15. Dividendos e JSCP a pagar: O saldo em 31 de dezembro de 2022 corresponde aos dividendo

1. Contexto operacional: Constituída em 02 de setembro de 1993, a Gás de Alagoas S/A - ALGÁS direito de uso. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo: (12 meses) e mínimos obrigatórios previstos no estatuto social da Companhia, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, que foram ajustados conforme demonstrado a seguir: esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluquel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a Companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. j. Tributação: i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de aproximadamente 9,25% As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%, con exceção das vendas de gás natural para as empresas enquadradas no Regime de Arranjos Produtivos Locais, nos termos do Decreto Estadual nº 2.264, de 24 de novembro de 2004, as quais são isentas de ICMS. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas, conforme nota explicativa n°21. ii. Impostos e contribuições sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil/ano, para o imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente devido sobre o lucro tributável do exercício são integralmente recolhidos por antecipação. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, conforme descrito anteriormente, não existindo saldo a pagar na data do balanco A Companhia possui redução de 75% do imposto de renda para o período de 10 anos compreendido entre 2019 e 2028, sobre o lucro da exploração, conforme Laudo Constitutivo nº 0135/2019 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. k. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em nota específicas àquele ativo ou passivo. **I. Demonstração do valor adicionado - DVA:** A demonstração do valor adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada, pela Companhia, e su valori adicionado - DVA importante de la companhia, con distribuição durante determinado período, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pel legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparad com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação da demonstrações financeiras e seguindo os termos contidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidente sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos), pelos insumo adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de Banco do Nordeste do Brasil - não circulante valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa estavan

S	100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sendo que ambos p		
€.	não estão sujeitas a variações significativas de valor. Estas operações forar		
е	normais com instituições financeiras e os respectivos rendimentos ou encar		
u	reconhecidos contabilmente pela taxa efetiva de juros. 5. Contas a rec		ites e partes
r	relacionadas: O contas a receber da Companhia estava assim composto:		
s		31/12/2022	31/12/2021
s	Clientes	34.229	36.989
a	Partes relacionadas	159	78
s	Provisão para perda na realização de contas a receber	(830)	(943)
a		33.558	36.124
S	A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:		
е		31/12/2022	31/12/2021
a	A vencer	31.115	34.615
e	Vencidos até 90 dias	2.371	256
oi	Vencidos a mais de 90 dias	902	2.196
a		34.388	37.067
е	<u>6 Estoques</u> : Os estoques estavam assim representados:		
S		31/12/2022	31/12/2021
Э	Estoque de gás natural	247	242
0	Almoxarifado operacional	2.118	1.190
0	Adiantamentos a fornecedores	7	1
s	Materiais em poder de terceiros	535	649
al		2.907	2.082
0	7. Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar apresentavam a seguinte		
a		31/12/2022	31/12/2021
е	IRRF sobre aplicação financeira	1.548	256
a	Antecipação de IRPJ	2.575	2.330
r	Antecipação de CSLL	478	1.193
a	ICMS a compensar	188	188
6.	PIS	_	8
S	COFINS		38
0		4.789	4.013
4	Circulante	3.359	920
S	Não Circulante	1.430	3.093
S		4.789	4.013
a	8. Despesas antecipadas: Estavam representadas por:	04/40/0000	04/40/0004
a		31/12/2022	31/12/2021
n	Prêmios de seguros a apropriar	38	37
),	Licenças de software a apropriar	518	83
S	Outros valores a apropriar	23	24
Э		579	144
s	9. Títulos e Valores Mobiliários: Se refere a depósitos em conta vinculado		
n	Brasil (Ag. 031 - conta nº 12.505-0 - Garantia de Financiamento e conta nº		
a	referente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, ao		
0	próprios, decorrente de incentivo fiscal do reinvestimento do imposto de re	nda, de depós	itos efetuados

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Fundos de Renda Fixa pós-fixados

Certificados de Depósitos Bancário - CDB, estes últimos remunerados à taxa de variação de 95% a

	proprios, decorrente de incentivo fiscar do relivestimento do imposto de reno	ia, de deposit	ios eletuados
l	até 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa nº 20.iv.		
l		31/12/2022	31/12/2021
,	Banco do Nordeste do Brasil	4.512	2.764
1		4.512	2.764
,	10. Imobilizado: A Companhia adota o pronunciamento contábil CPG	C 06 (R2)	(IFRS 16) -
•	Arrendamentos. O pronunciamento busca determinar se um contrato	contém um	acordo de

arrendamento ou se é um contrato de serviços. No caso do primeiro, o arrendatário deverá reconhecer os ativos, que devem ser depreciados, bem como os passivos oriundos de um arrendamento. O impacto nas contas do grupo ocorre principalmente com relação ao contrato de arrendamento da sede

Ativo não Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado (direito de uso)	2.284	1.478
(-) Depreciação acumulada		(1.108)
Total do Ativo	2.284	370
Passivo Circulante		
Arrendamento a pagar (direito de uso)	2.876	501
(-) Juros a transcorrer (direito de uso)	(592)	(25)
	2.284	476
11. Intangível: O intangível está constituído basicamente por valores repr	esentativos d	o contrato de
concessão (ICPC 01 (R1)):		

	31/12/2022	31/12/2021
Custo		
Terrenos	160	160
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.368	3.368
Móveis e utensílios	1.852	1.826
Veículos	52	52
Redes de distribuição	198.113	187.387
Equipamentos de informática e softwares	13.500	12.742
Outros	7	7
	217.052	205.542
Materiais - intangível em formação	8.251	8.213
Obras em andamento	2.732	
	228.035	213.755
Amortização acumulada		
Amortização acumulada	_(136.107)	(121.829)
	91.928	91.926
A movimentação do ativo intangível é assim demonstrada:		

	228.035	213.755
Amortização acumulada		
Amortização acumulada	_(136.107)	(121.829)
	91.928	91.926
A movimentação do ativo intangível é assim demonstrada:		
Saldo inicial Baixa	/ Saldo final	
Custo 31/12/2021 Adições Trans	f. 31/12/2022	Taxa - %
Terrenos 160 –	- 160	
Benfeitorias em imóveis de terceiros 3.368 –	- 3.368	10%a.a
Móveis e utensílios 1.826 26	- 1.852	10%a.a
Veículos 52 –	- 52	10%a.a
Redes de distribuição 187.387 10.971 24	5 198.113	10%a.a
Equipamentos de informática e softwares 12.742 757	- 13.499	10%a.a
Outros71	8	
205.54211.75524	5 217.052	
Materiais - intangível em formação 8.213 9.986 9.94	8 8.251	
Obras em andamento	_ 2.732	
213.755 24.473 10.19	3 228.035	
Amortização acumulada		
Amortização acumulada (121.829) (14.278)	(136.107)	
<u>91.926</u> <u>10.195</u> <u>10.19</u>	91.928	
(*) A conta de "materiais - intangível em formação" se refere aos inve	estimentos real	izados pel

Companhia na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção (\*\*) As transferências se referem as movimentações dos "materiais - intangível em formação" para obras em andamentos, bem como o encerramento de obras em andamento para custo do ativo 12. Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2021 foi assinado contrato de compra e venda de gás natural entre a supridora Origem Energia Alagoas S/A e a Gás de Alagoas S/A - ALGÁS, mome qual foi encerrado o contrato com a Petrobras.

**31/12/2022 31/12/2021** 53.133 Petróleo Brasileiro S.A. (parte relacionada) Origem Energia Alagoas S/A O contrato celebrados com a Origem Energia Alagoas S/A ("Origem Energia") é na mo inflexível, para aquisição de gás natural, formalizando uma Quantidade Diária Contratual (QDC) de 64 mil m³/dia, com eficácia a partir da data de fechamento do SPA e vigência até 31 de dezembro de 2024

	mil mydia, com encacia a partir da data de rechamento do SPA e vigencia atr O valor estimado do contrato é de R\$ 1.260.000 mil. 13. <b>Obrigações t</b> robrigações trabalhistas e os encargos sociais estavam assim representados	abalhistas e	
	φ.,	31/12/2022	31/12/2021
	INSS a recolher	353	318
	FGTS a recolher	120	108
	Participação nos lucros	1.662	915
	Férias	1.136	1.040
	FGTS sobre férias	90	83
	INSS sobre férias	306	281
-	Outros	55	22
0		3.722	2.767
s	14. Tributos a pagar: Os tributos (impostos, taxas e contribuições) estão forma:	representado	s da seguinte
ο,		31/12/2022	31/12/2021
s	ICMS a recolher	60	49
0	PIS a recolher	125	156
3.	COFINS a recolher	591	721
0	IRRF a recolher	867	165
0	INSS retido a recolher	141	78
u	Outros	118	108

oxorororo, que reram ajuerados comermo demenerado a cogam.	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a pagar		
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	6.216	3.628
Dividendos declarados a pagar	4.191	2.504
Subtotal	10.407	6.132
(–) IRRF dos juros sobre Capital Próprio	(661)	(452)
	9.746	5.680
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia de acordo	com a legislaç	ão vigente da

Lei nº 9.430/95 adotou os juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do exercício. O montante dos juros remuneratórios do capital calculado no valor de R\$ 6.216 mil (R\$ 3.628 mil, em 2021) foi contabilizado como despesa financeira, conforme preconiza a legislação fiscal. Portanto, parte do valor do dividendo mínimo obrigatório foi provisionada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para distribuição como juros sobre o capital próprio e dividendos declarados a pagar, sendo o saldo restante apresentado no patrimônio líquido, por se tratar de distribuição adicional aos dividendos obrigatórios, à disposição dos acionistas para deliberação da destinação na Assembleia Geral Ordinária (AGO). Dessa forma, o total de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 9.746 mil (R\$ 5.680 mil, em 2021), cujo montante total corresponde aos valores líquidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, fica à disposição dos acionistas no Patrimônio Líquido, em conformidade com o ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, o valor de R\$ 28.577 mil a título de dividendos adicionais propostos. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o cálculo do dividendo mínimo

as		31/12/2022	31/12/2021
ob	Lucro líquido do exercício	50.443	29.327
ıa	(–) Reserva legal	(1.124)	(611)
la	(-) Reserva de incentivo fiscal	(10.335)	(5.993)
da	Base de cálculo	38.984	22.723
as	(x) Percentual mínimo	25%	25%
-	Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do LL	9.746	5.680
la	16. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamen	ntos da Com	panhia estão
es	representados da seguinte forma:		
os		31/12/2022	31/12/2021
s,	Banco do Nordeste do Brasil - circulante	5.008	4 967

_	11.1/5	16.142
A Companhia contraiu junto ao Banco do Nordeste empréstimo no valor total d	e R\$ 40.865 m	il, contrato
assinado em 25 de março de 2014, com 36 (trinta e seis meses) de carência,	pagamentos d	e parcelas
mensais, vencendo-se a primeira em 28 de abril de 2017 e a última em 28 d	e março de 20	23, sendo
R\$ 12.430 mil a juros devidos a taxa efetiva de 7,06% a.a., e R\$ 28.435 mil a jur	ros devidos a ta	axa efetiva
de 8,24% a.a., valores lastreados com recursos do Fundo Constitucional de Fin	anciamento do	Nordeste
(FNE). Em 24 de maio de 2017 foi celebrado um aditamento (1º termo aditi	vo) ao referido	contrato,
estabelecendo o pagamento do saldo devedor em 84 (oitenta e quatro parce	las) parcelas	mensais e
sucessivas, sendo a primeira em 28 de abril de 2018 e a última em 28 de março	de 2025. Em	29 de abril
de 2019 foi celebrado o 2º aditivo ao contrato de financiamento no qual su	bstitui o item '	'Gasoduto
Penedo Arapiraca - Tubulações - parcela 4 - R\$ 3.039 mil" pelo item "Fabrica	ação e Fornec	imento de
Estação de Transferência de Custódia de Pilar e Estação de Regulação de Pr	essão e Mediç	ão Atalaia
- Santa Luzia - R\$ 1,222 mil" alterando assim o valor total de financiamente	do D¢ 40 96	5 mil nara

R\$ 39.048 mil. Em 2020, devido ao impacto da COVID-19, amparado no art. 2º da Resolução nº 4.798

(BACEN), foram suspensas as parcelas do período de abril a dezembro de 2020, retornando ao

to normal a partir de 28 de janeiro de 2021. A fiança garantidora do financiamento foi emitida pelo Banco Bradesco S/A, remunerada à taxa de 2% a.a., cobrável mensal e antecipadamente sobre o valor afiançado. 17. Outros passivos: Os outros passivos estavam assim composto 31/12/2022 31/12/2021 Direitos de uso de arrendamentos a pagar (-) Juros a transcorrer de direitos de uso de arrendamentos (592) Adiantamentos a clientes 356 Outros contas a pagar

18. Provisão para contingências: demonstrada:	A composição	da	provisão	para	passivos	eventuais	estava	assi
					31	/12/2022	31/12/	2021
Cíveis						_		237

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía a título de passivo contingente, como dispõe o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, decorrente de obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos

31/12/2022 Possível Trabalhistas Cíveis ("a" e "b") Tributárias 214.248 124.944 215.916 125.319 a) A Companhia possui em tramite, em 31 de dezembro de 2022, perante o foro estadua

repetição de indébito, movida por um de seus clientes, com ação de causa no valor de R\$ 2.000 mil eados na opinião de seu gerente jurídico de que as chances de perdas são consideradas possíveis a Companhia não efetuou provisões em suas demonstrações financeiras. b) A Companhia em 25 de dezembro de 2021 teve o deferimento do pedido de tutela antecipada em caráter antecedente ajuizada nos autos do processo nº 0700347-25.2021.8.02.0066 - Juízo de Direito - Cartório Plantonista Cível, quanto ao litígio discutido com empresa supridora de gás (Petróleo Brasileiro S/A), no valor estimado de R\$ 113.430 mil, referente ao suprimento de gás sem contrato durante o período de 01 de janeiro de 2022 até a data do fechamento (*closing*) do contrato de venda do "Polo Alagoas" da Petróleo Brasileiro S/A para a empresa Origem Energia S/A. Contudo, baseada na opinião de seu gerente jurídico e por se tratar de uma obrigação presente que resulta de evento passado e não ser provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, a Companhia não reconheceu contabilmente o referido valor, em linha com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A administração da Companhia, baseada na posição de seu gerente jurídico, classificou os processos judiciais relacionados às contingências passivas, em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o grau de risco de perda. 19. Débitos nas operações de vendas e aquisição de gás: A Companhia possui contrato de compra e venda de gás junto à Origem Energia lexível de compra e venda de gás), no qual estabelece compromisso de retirada mínima de gás. Quando a Companhia não atinge o mínimo de retirada de gás ao qual está obrigada ocorre o *take-or-pay* e a Origem Energia Alagoas emite cobrança através da aplicação do preço unitário de venda sobre a diferença entre o compromisso mínimo de gás a ser retirado e o que efetivamente se verificou, sendo este valor recuperável pela ALGÁS. Dessa forma, a Companhia registra um ativo decorrente desse *take-or-pay* e desconta em faturas posteriores a serem pagas à Örigem Energia Alagoas, sempre que o consumo exceder ao compromisso mínimo de retirada de gás pela ALGÁS. O valor registrado como crédito nas operações de gás sofre atualização sempre que houver alteração no preço do gás. Este contrato garante à Companhia retirar o gás automaticamente subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido no prazo de até 90 dias após o encerramento do contrato. A Companhia também possui contrato de venda de gás junto aos seus clientes (contrato inflexível de venda de gás), no gual estes estão obrigados a retirada mínima de gás. Quando estes usuários não alcançam o compromisso mínimo de retirada de gás ocorre o take-or pay e a ALGÁS emite cobrança através da aplicação do preço unitário de venda sobre a diferença entre o compromisso mínimo de gás a ser retirado e o que efetivamente se verificou, sendo este valor recuperável pelas unidades usuárias clientes. Dessa forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse *take-or-pay* e desconta em faturas posteriores a serem pagas por seus clientes, sempre que o consumo exceder ao volume mínimo a que o usuário está obrigado a cumprir. O valor registrado sofre atualização sempre que houver alteração no preço do gás de venda da Companhia. Este contrato garante aos clientes retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido no prazo de até 365 dias após o encerramento do contrato. A Companhia

possula registros de <i>take-or-pay</i> por diferença no consumo de gas, conforme demonstrado a seguir:						
		31/12/2022	31/12/2021			
	Débitos nas operações de vendas de gás					
	Saldo inicial	1.494	932			
	<ul><li>(–) Compensação/Pagamento de take-or-pay</li></ul>	(1.230)	(5.290)			
	(+) Take-or-pay clientes	121	5.487			
	(+/-) Atualização do take-or-pay	317	365			

20. Patrimônio líquido: O patrimônio líquido estava assim composto: i. Capital social: Na Assemble Geral Extraordinária (AGE) realizada em 18 de outubro de 2022, o capital social da Companhia foi aumentado para R\$ 72.576 mil (R\$ 66.955 mil, em 2021) mediante subscrição de 68.081 mil novas ações, sendo 22.694 mil ações ordinárias e 45.387 mil ações preferenciais, distribuídas aos acionistas na proporção de suas respectivas participações societárias e integralizadas com saldo da reserva de incentivo fiscais no valor de R\$ 5.621 mil. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado de R\$ 72.576 mil (R\$ 66.955 mil, em 2021) é composto por 878.978 mil ações sem valor nominal (810.897 mil ações, em 2021), sendo 292.993 mil de ações ordinárias (270.299 mil ações, em 2021) e 585.985 mil ações preferenciais sem direito a voto (540.598 mil ações, em 2021), todas de classe única sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra. O capital social autorizado da Companhia é de 270.000 de ações, conforme definido no parágrafo 1º do art. 4º do estatuto social da Companhia. As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam de prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. ii. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. iii. Reserva de incentivos fiscais: Refere-se à parcela isenta do imposto de renda de acordo com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o lucro da exploração da Companhia, conforme Laudo Constitutivo nº 0135/2019 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. O saldo existente nesta reserva em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 10.707 mil, será utilizado para aumento de capital mediante aprovação em assembleia de acionistas, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos. iv. Reserva para reinvestimento: O benefício consiste em depósitos, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil S/A, referente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou depósitos mensais para o incentivo fiscal de reinvestimento, de acordo com a Lei nº 5.508/68, conforme nota explicativa nº 9. O valor correspondente ao incentivo fiscal será utilizado para aumento de capital deliberado em assembleia de acionista, sendo vedada a sua distribuição na forma de dividendos. 21. Conciliação da receita bruta e receita líquida da venda de gás e serviços: A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida é a seguinte:

3		31/12/2022	31/12/2021
<u>3</u>	Receita bruta de venda gás e serviços		
e ne	Gás Automotivo	119.294	100.034
10	Gás Industrial	528.966	392.884
4.	Gás Residencial	32.521	27.698
٩s	Gás Comercial	23.611	18.083
10	Serviços	26	32
1	Subtotal	704.418	538.731
<u>1</u> 3	(-) Vendas canceladas	(490)	(61)
3	(-) Tributos sobre vendas	(96.496)	(81.842)
5	Receita Líquida - Venda de gás e serviços	607.432	456.828
)	22 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados: Os custos dos p	rodutos vendi	dos e serviços
3	prestados foram:		
1		31/12/2022	31/12/2021
2	Custo das mercadorias vendidas	(509.145)	(385.650)
7	Pessoal	(6.494)	(5.737)
te	Amortização	(13.093)	(12.740)
	Outros	(4.608)	(3.888)
1		_(533.340)	_(408.015)
9	O custo do gás natural por segmento é o seguinte:		
6		31/12/2022	31/12/2021
1	Gás Automotivo	(72.572)	(57.817)
5	Gás Industrial	(409.391)	(305.341)
3	Gás Residencial	(9.236)	(7.846)
3	Gás Comercial	(9.838)	(7.549)





(7.097)